



Câmara Municipal de Fortaleza

PARECER N° 005 /2013 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 20/2013.

MENSAGEM N° 00011/2013

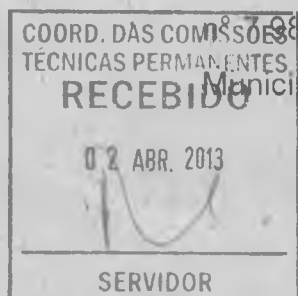
**COMISSÃO CONJUNTA
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E DA CIDADANIA
E
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO, HABITAÇÃO E MEIO
AMBIENTE**

Ementa – Alteração do Anexo 10 – Classificação das vias do sistema viário, da Lei n° 7.987, de 20 de dezembro de 1996, nas vias que indica. Admissibilidade. Pertinência da urgência em sua tramitação. Entendimento favorável sem ressalvas.

RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Prefeito de Fortaleza submete, em caráter de urgência, à douta apreciação do plenário desta augusta casa legislativa, inclusivo projeto de Lei Complementar que altera o anexo 10 da Lei n° 7.987, de 20 de dezembro de 1996, que trata das vias do sistema viário básico do Município.

Informa que a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), isto é, Lei n° 7.987, de 20 de dezembro de 1996, definiu todo o Sistema Viário Básico do Município, através do seu Anexo 10. Posteriormente, o Plano Diretor





Câmara Municipal de Fortaleza

Participativo (PDP), regido pela Lei Complementar nº 62, de 02 de fevereiro de 2009, e alterado pela Lei nº 101, de 30 de dezembro de 2012, determinou, no parágrafo único do seu Art. 171, que o referido Sistema seria redefinido por lei específica. Contudo, face à complexidade de uma completa revisão e considerando a implantação de diversas obras condicionantes a dotar o Município de uma estrutura viária condizente com as necessidades inerentes a realização de uma Copa do Mundo, propõe, por antecipação, a revisão do Sistema Viário em alguns pontos específicos para o melhoramento da circulação do Município constante no Anexo 10.

Ao final, destaca a necessidade do trâmite prioritário desta matéria em regime de urgência, haja vista a busca em dar continuidade ao melhoramento e desenvolvimento do sistema viário do Município, tendo como referência a realização da Copa do Mundo em 2014.

É o relatório.

VOTO

Em análise quanto ao aspecto constitucional, legal e regimental, não se evidencia nenhuma contrariedade ou ofensa a dispositivos normativos, seja no tocante à competência da iniciativa, seja em razão da matéria em si, não se vislumbrando a violação a interesses públicos. Para tanto, vejamos o que dispõe o art. 46, parágrafo 1º, II da Lei Orgânica do Município:

"Art. 46 A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer vereador, ao Prefeito e aos cidadãos.

Parágrafo 1º - São da iniciativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

II- Organização administrativa, matéria tributária e orçamentária e serviços públicos, exceto os contidos no art. 34 desta Lei Orgânica."

(grifo nosso)



Câmara Municipal de Fortaleza

Some-se a isso, o fundamento de que, de acordo com o art. 83, inciso XXXIII da mesma LOM, insere-se nas competências do Prefeito municipal “*desenvolver o sistema viário do Município.*”.

Convém destacar ainda que, sob o ponto de vista formal, não se observa vício na propositura, vez que atende ao princípio da legalidade, celeridade e da finalidade, já que o enunciado constante no art. 171, parágrafo único, prevê o advento de lei específica que realize a revisão, seja parcial ou total, do sistema viário básico, o que reveste a presente iniciativa de legalidade sem nenhum vício.

Quanto à solicitação da apreciação da proposição em caráter de urgência, nos termos do art. 48 da LOM, justificada pela necessidade em dar continuidade ao melhoramento do sistema viário básico e da circulação no Município, por meio da revisão de apenas alguns pontos específicos do Anexo 10, implicando na necessidade de construção de obras para a realização da já iminente Copa do Mundo em 2014, entendemos por sua plena admissibilidade.

Gize-se, ademais isto, que o Município de Fortaleza já está comprometido por acordos, conjuntamente com o Governo do Estado, às citadas obras relativas à Copa do Mundo de Futebol de 2014, motivo pelo qual é importante destacar que a alteração pretendida, em que pese não tratar-se da autorização legal para a obra em si, constitui no arcabouço legal a fim de que já esteja devidamente regularizada com o aval desta Casa Legislativa.

CONCLUSÕES

Por todo o exposto, impõe-se afirmar que se trata de matéria de iniciativa do Executivo, não restando nenhum óbice à sua apreciação por esta Comissão.

Saliente-se, por fim, que restam insofismáveis a urgência e relevância do presente Projeto, no que tange ao seu mérito, já fartamente



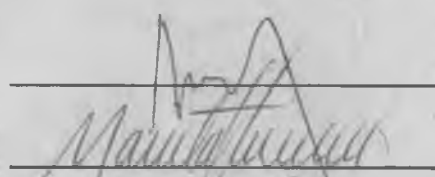
Câmara Municipal de Fortaleza

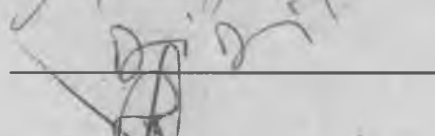
justificado no corpo da mensagem do Executivo, com o qual concordamos, como também, ressaltamos, à sua admissibilidade.

Ex positis, somos favoráveis ao encaminhamento pela admissibilidade da matéria, sem ressalvas quanto ao seu conteúdo de mérito.

É o nosso parecer, s.m.j.,

SALA DAS SESSÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA EM 03 DE abril DE 2013.





F-ELF

Relator

JORA - (CUSTO CONTÁBIL, PORTADOR DO
VTS-VISN)



Presidente